



REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE IDEOLOGIA DOMINANTE

Aline Farias Fialho¹

José Rubens Mascarenhas de Almeida²

O objetivo central deste texto é realizar uma reflexão inicial acerca dos elementos que permitem compreender o discurso da agricultura familiar como uma forma de ideologia dominante presente no campo brasileiro. Para tanto, realizou-se uma reflexão teórica com base nas proposições elaboradas por Marx e Engels (2009) e Mészáros (2008; 2014), no intuito de delimitar, primeiramente, a concepção de ideologia defendida neste texto. Utilizou-se também as contribuições realizadas por Bombardi (2003) e Conceição (2013) acerca do discurso da agricultura familiar, uma vez que tais análises possuem elementos que permitem a compressão do discurso da agricultura familiar como forma ideológica.

As relações sociais que constituem o espaço agrário brasileiro apresentaram importantes alterações, sobretudo a partir da década de 1990, período marcado pela implantação de receituários da acumulação flexível que, direcionados pelos organismos internacionais de controle (especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), promovem o aprofundamento das desigualdades sociais no campo (ANTUNES, 2006).

Para dar suporte a essa dinâmica, fez-se necessário o desenvolvimento de um discurso ideológico (PETRAS, 1999) que legitima as investidas do capital para garantir a conquista dos seus interesses no espaço agrário. Nas unidades de reprodução camponesa, caracterizadas pela resistência à **monocultura para a exportação proveniente da lógica do agronegócio**, este discurso ideológico **é igualmente necessário**, e tem sua expressão mais evidente na difusão da agricultura familiar como “modelo desenvolvido” de produção agrícola. Nesse sentido, este texto justifica-se pela necessidade de uma maior compreensão da agricultura familiar como discurso pertencente à ideologia dominante que visa legitimar

1 Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), vinculada ao grupo de pesquisa Trabalho, mobilidade do trabalho e relação campo-cidade e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista (PPGMLS/UESB). Endereço eletrônico: alineffialho@yahoo.com.br

2 Professor doutor do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista (PPGMLS/UESB). Coordenador do Grupo de Estudos de Ideologia e Lutas de Classes (GEILC/MP/UESB). Endereço eletrônico: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br



as estratégias do capital para a subordinação da produção camponesa.

Para entender o discurso da agricultura familiar como parte da ideologia dominante, considera-se essencial definir, primeiro, o que entendemos por ideologia. Inicialmente, destaca-se que toda ideologia possui uma base material, ou seja, a mesma está diretamente vinculada às relações sociais que configuram a sociedade (MARX; ENGELS, 2009). No sistema capitalista, a sociedade, dividida em classes sociais com interesses antagônicos, produz diferentes ideologias a partir dos seus interesses que são historicamente e materialmente determinados. Nessa perspectiva, este caráter de classe presente na configuração da ideologia, **é elemento fundamental para a análise realizada no presente trabalho, uma vez que entendemos que a ideologia é uma consciência social prática e, nesse sentido, parte da condição concreta das classes sociais, como afirma Mészáros:**

[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência social prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (2014, p. 65).

Dessa forma, conforme apontado por Mészáros, as diferentes ideologias estão ligadas às classes sociais, que buscam, a partir dos seus interesses, estabelecer formas de controlar o metabolismo social, transformando os seus respectivos conjuntos de valores e estratégias em uma concepção de mundo universalizada. Concordando com Mészáros, temos que, no que concerne à conjuntura histórica do sistema capitalista, as classes sociais manifestam seus diferentes interesses no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos.

Considerando que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67), também entendemos que, no modo de produção capitalista, a ideologia dominante expressa os interesses da classe burguesa. Com isto, no entanto, **não** afirmamos que tal ideologia dominante deva ser analisada de forma autônoma, separada do movimento contraditório da história, esta que é a história da luta de classes nos indica que a ideologia dominante deve ser analisada a partir de seu dialético movimento.

Pode-se afirmar, assim, que no contexto histórico contemporâneo, a ideologia dominante cumpre um papel de preservação do *status quo* capitalista. A permanência e



desenvolvimento das diversas formas de dominação “não pode ocorrer sem a intervenção ativa de fatores ideológicos poderosos” (MÉSZÁROS, 2008, p. 7) capazes de conter os conflitos gerados pelas classes sociais. Nesse processo, a classe dominante utiliza-se do caráter mistificador da ideologia para preservar seus interesses, sendo que a mistificação que lhe é própria garante que os receptores potenciais sejam induzidos “a endossar, ‘consensualmente’, valores e diretrizes práticas” diametralmente contrárias aos seus interesses basilares (MÉSZÁROS, 2008, p. 7). Finalmente, acreditamos que é a partir do papel que a ideologia dominante cumpre para a preservação do *status quo* capitalista que se pode compreender o discurso da agricultura familiar como uma das formas que esta ideologia assume, uma vez que este discurso visa legitimar a efetivação dos interesses da classe dominante no espaço agrário.

Assim, cremos poder definir a agricultura familiar como modelo “moderno” de produção agrícola que, fundamentando na gestão familiar e na utilização de tecnologias e insumos agrícolas, apresenta um alto grau de inserção ao mercado. Esse modelo é considerado “superior” às formas de produção agrícola camponesa, uma vez que está totalmente subordinada aos ditames do capital. Nesse sentido, concordamos com Abramovay quando afirma que a agricultura familiar é:

[...] a principal forma social do progresso técnico no campo que se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e é a principal produtora de alimentos e fibras das nações mais desenvolvidas. A integração ao mercado, a capacidade de incorporar os principais avanços técnicos e a capacidade de responder às políticas governamentais são características da agricultura familiar [...]. (1998, p. 22).

A leitura de Abramovay da agricultura familiar indica que esta se trata da forma de produção agrícola predominante na sociedade capitalista, no que concerne às propriedades direcionadas pelo trabalho familiar. Na perspectiva de Abramovay, esta forma de produção está vinculada com a própria atuação do Estado, que, por meio de políticas governamentais e via promoção de “inovação tecnológica”, gera um suposto “desenvolvimento sustentável” nas propriedades familiares, capazes de se adaptarem, assim, as diferentes demandas de um mercado cada vez mais flexível.

Acreditamos, no entanto, que, para além de um discurso que visa o “desenvolvimento sustentável” das propriedades familiares, tal forma de produção agrícola legitima a garantia dos interesses do capital para o espaço agrário pois, ao postular a agricultura familiar como “modelo ideal”, sobretudo no que concerne às propriedades camponesas, o grande capital visa garantir a subordinação ao modelo da produção baseada na monocultura,



determinada pelas demandas do mercado. Com isto, denunciamos o caráter ideológico do discurso expressado na concepção de Abramovay sobre a agricultura familiar, o que nos leva a concordar com Bombardi quando diz que este discurso apresenta como pressuposto uma abordagem “evolucionista e cartesiana” das relações presentes no campo, onde o “moderno” e o “civilizado”, “superam inexoravelmente o que é tido como arcaico, como portador do ‘atraso’” (BOMBARDI, 2003, p.5).

Segundo Conceição (2013), o discurso da agricultura familiar apresenta como característica marcante o respaldo para as políticas neoliberais no campo uma vez que faz “coro às políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas” e do modelo do agronegócio no campo. Tomando como premissa as afirmações desta autora, entendemos o discurso da agricultura familiar como legitimador, no setor agrário, das políticas afinadas com o receituário neoliberal, tendo as classes dominantes representadas no Estado e as grandes empresas vinculadas ao agronegócio, promotores de tal estratégia ideológica.

Esse modelo organizativo “desenvolvimentista” da agricultura familiar é gerado a partir da necessidade concreta que a classe dominante em garantir a expansão dos processos de reestruturação produtiva e do neoliberalismo nas pequenas propriedades.

É nesse sentido que compreendemos que o discurso da agricultura familiar demarca uma postura ideológica defensora de uma suposta necessidade de “modernização” das relações do campo, o que compreende, na essência deste discurso, a adoção de um modelo produtivo baseado na monocultura e vinculado intimamente às necessidades do mercado, para a garantia da espoliação do capital de forma mais intensificada.

Concluimos, assim, com base nas discussões apresentadas por Marx e Engels (2009) e Mészáros (2008; 2014), que a ideologia dominante, ancorada na base material da sociedade, cumpre um papel de preservação do *status quo* capitalista a partir dos interesses da classe dominante e, no espaço agrário, esta ideologia também se expressa no discurso da agricultura familiar que, segundo as contribuições de Bombardi (2003) e Conceição (2013), tem como objetivo a superação de relações consideradas “arcaicas” (no caso, as formas de produção agrícola camponesa) e legitimar a expansão do pragmatismo neoliberal e da reestruturação produtiva no campo, preservando, assim, os interesses da classe dominante.

Palavras-chave: Ideologia; Interesses da classe dominante; Agricultura familiar.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-25.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de camponato e agricultura familiar. In: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n 14, p. 107-117, 2003. Disponível em < http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Bombardi.htm>. Acesso em 06 de maio de 2016.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do agronegócio. In: **Revista de Geografia Meridiano**, Buenos Aires, n. 2, 2013. Disponível em < <http://www.revistameridiano.org/n2/05>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Editora da FURB, 1999.